

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Gabinete da Procuradora Sara Meinberg

Processo nº: 1.084.649 Natureza: Denúncia

Jurisdicionado: Poder Executivo do Município de Antônio Dias

Relator: Conselheiro José Alves Viana

MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

Excelentíssimo Senhor Relator,

- 1. Tratam os autos de Denúncia apresentada por Zênite Comercial Ltda. em face do Município de Antônio Dias, uma vez que requereu por quatro vezes, em dias consecutivos, o edital do Pregão Presencial nº 008/2020, deflagrado por aquele Município, e não obteve nenhuma resposta.
- 2. O Denunciante juntou cópia dos e-mails com o intuito de provar o alegado (fls.02- 06).
- 3. Como medida inicial de instrução, V. Exa. intimou o Prefeito do Município de Antônio Dias, Sr. Benedito de Assis Lima, para que encaminhasse cópia integral do procedimento licitatório bem como prestasse esclarecimentos preliminares (fls. 42-42v).
- 4. Em cumprimento à diligência (fls. 47-173), o Prefeito Municipal informou que o referido edital foi devidamente publicado em jornal de grande circulação (Diário do Aço) na região e que a sociedade empresária denunciante é "useira e vezeira em tumultuar processos licitatórios" (fl. 48).
- 5. Ainda pontuou que "e-mail não é meio idôneo de comunicação com a Administração pública e, se a interessada não se dispõe em retirar o instrumento convocatório da maneira expressa nele, por certo não executaria o objeto com qualidade e segurança" (fl. 50).
- 6. Afirmou também que "mesmo assim o edital lhe [à Denunciante] foi enviado, conforme expressado na peça vestibular" (fl. 50).
- 7. Após, V. Exa. encaminhou os autos diretamente para manifestação deste Ministério Público de Contas, uma vez que o Prefeito esclareceu as questões abordadas na denúncia e "que é possível acessar o edital em comento realizando simples *login* na página



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Gabinete da Procuradora Sara Meinberg

destinada às licitações ocorridas no exercício de 2020 (http://www.antoniodias.mg.gov.br/licitacoes)" (Arquivo #2091242).

- 8. É o relato do necessário.
- 9. Ao contrário do que salienta o responsável, *e-mail* é, sim, meio idôneo de comunicação com a Administração Pública, tanto que o próprio rodapé de todo edital (fls. 69-99) contém o telefone, endereço físico e endereço eletrônico (*e-mail*) do Departamento de Licitações do Município de Antônio Dias.
- 10. Embora informe que o edital em comento tenha sido publicado no *Diário do Aço*, fato é que apenas o extrato do certame fora publicado naquele jornal (fl. 103), conforme se verifica da fase interna encaminhada à Corte de Contas.
- 11. Em parte alguma do procedimento licitatório remetido a esse Tribunal consta qualquer outro meio de divulgação.
- 12. Em 06 de março de 2020, a relatoria, na primeira manifestação nos autos (fls. 42-43), afirmou que "em consulta ao *site* da Prefeitura Municipal de Antônio Dias constatei que de fato o edital em tela não havia sido disponibilizado, não havendo referência às licitações ocorridas no exercício de 2020" (fl. 42).
- 13. Deve-se consignar que, durante todo o processamento do certame ora em apreço, vigorava a Medida Provisória nº 896, de 06 de setembro de 2019¹, que, entre outras medidas, alterou a redação do art. 4º, I, da Lei nº 10.520, de 2002, para os seguintes termos:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso na imprensa oficial e <u>em sítio eletrônico oficial do respectivo ente federativo</u>, facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, alternativamente, a utilização de sítio eletrônico oficial da União, conforme regulamento do Poder Executivo federal; (Grifos nossos).

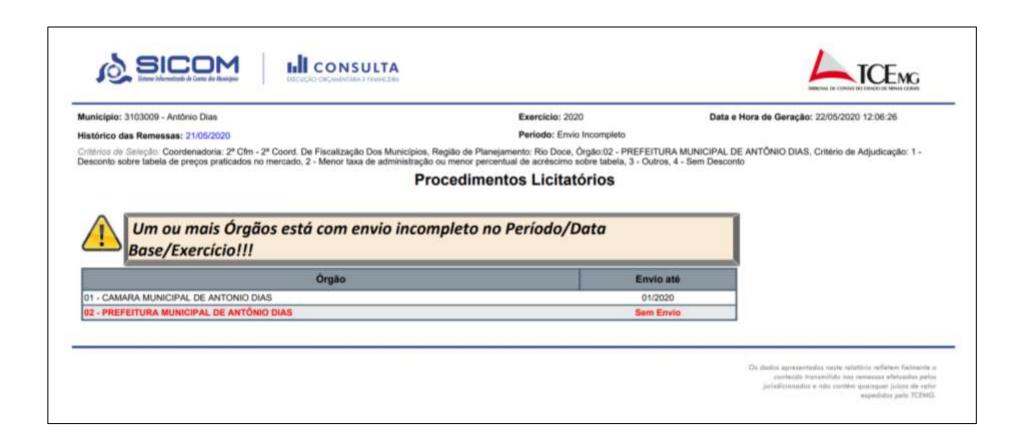
14. Ressalte-se também que o Município de Antônio Dias tem se pautado de forma pouco transparente até mesmo com essa Corte de Contas, haja vista que, ao consultarmos a situação do certame licitatório no Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM, não consta envio de nenhum relatório relativo a todo o ano de 2020.

¹ Vigência se encerrou em 16 de fevereiro de 2020, conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 6, de 2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

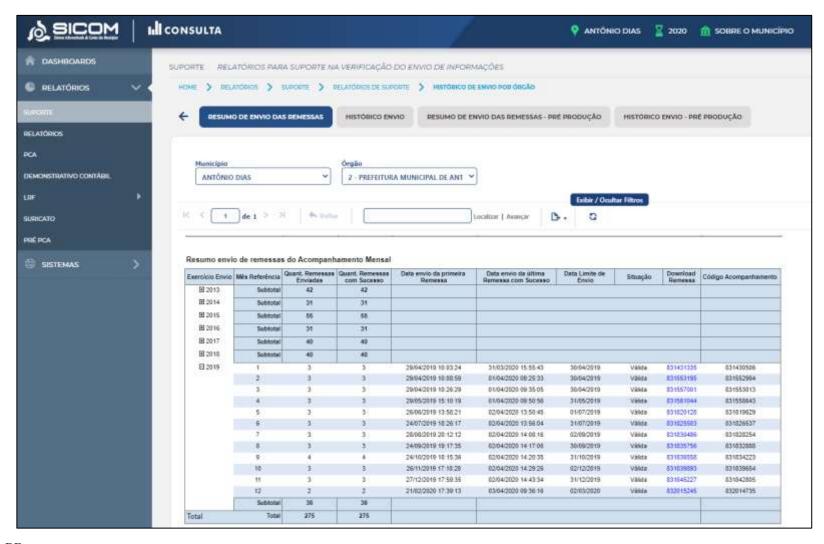
Gabinete da Procuradora Sara Meinberg





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete da Procuradora Sara Meinberg





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Gabinete da Procuradora Sara Meinberg

- 15. Ademais, no Sistema de Gestão e Administração de Processos SGAP, verifica-se que o Município de Antônio Dias utilizou de mesmo expediente de opacidade de informações a licitantes.
- 16. Em 15 de fevereiro de 2017, a Cooperativa de Transporte Paraíso Cootranspar denunciou a essa Corte que o Pregoeiro não publicara o edital do Pregão nº 006/2017, nem o forneceu após solicitação formal, **mediante duas correspondências e diversos e-mails**, conforme consta do relatório da Unidade Técnica (Arquivo #1305392; Denúncia nº 1.007.586).
- 17. Igualmente, em 23 de junho de 2017, a sociedade empresária Comercial Real de Pneus Ltda. denunciou a esse Tribunal que o Pregoeiro não publicara o edital do Pregão nº 24/2017 no sítio eletrônico da Prefeitura e que o Departamento de Licitações não lhe encaminhou edital mesmo após solicitação mediante uma correspondência e três *e-mails* (Denúncia nº 1.015.289).
- 18. Saliente-se que, conforme informações obtidas pelo SGAP, o Sr. Benedito de Assis Lima foi o Prefeito Municipal responsável pela deflagração dos certames de que tratam a Denúncia nº 1.007.586. A Pregoeira, signatária do edital, em ambas as Denúncias foi a Sra. Patrícia Cristina Ferreira Sá.
- 19. Na presente Denúncia, o Prefeito Municipal é o Sr. Benedito de Assis Lima, Prefeito Municipal; o Pregoeiro responsável pelo edital do Pregão nº 008/2020 é o Sr. Alberto Santos de Matos.
- 20. Há, portanto, indícios de um potencial *modus operandi* de autoridades do Município de Francisco Sá para eventual burla à regra de transparência dos atos do Poder Público, talvez, até mesmo fraude a procedimentos licitatórios.
- Por todo o exposto, este Ministério Público de Contas <u>REQUER</u> a <u>citação</u> do **Sr. Benedito de Assis Lima**, Prefeito Municipal de Antônio Dias, do **Sr. Alberto Santos de Matos**, ex-Pregoeiro, e da **Sra. Patrícia Cristina Ferreira Sá**, atual Pregoeira, para que apresentem defesa em face das imputações constantes deste parecer ministerial.
- 22. É o parecer.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2020.

Sara Meinberg
Procuradora do Ministério Público de Contas
(ASSINADO DIGITALMENTE)